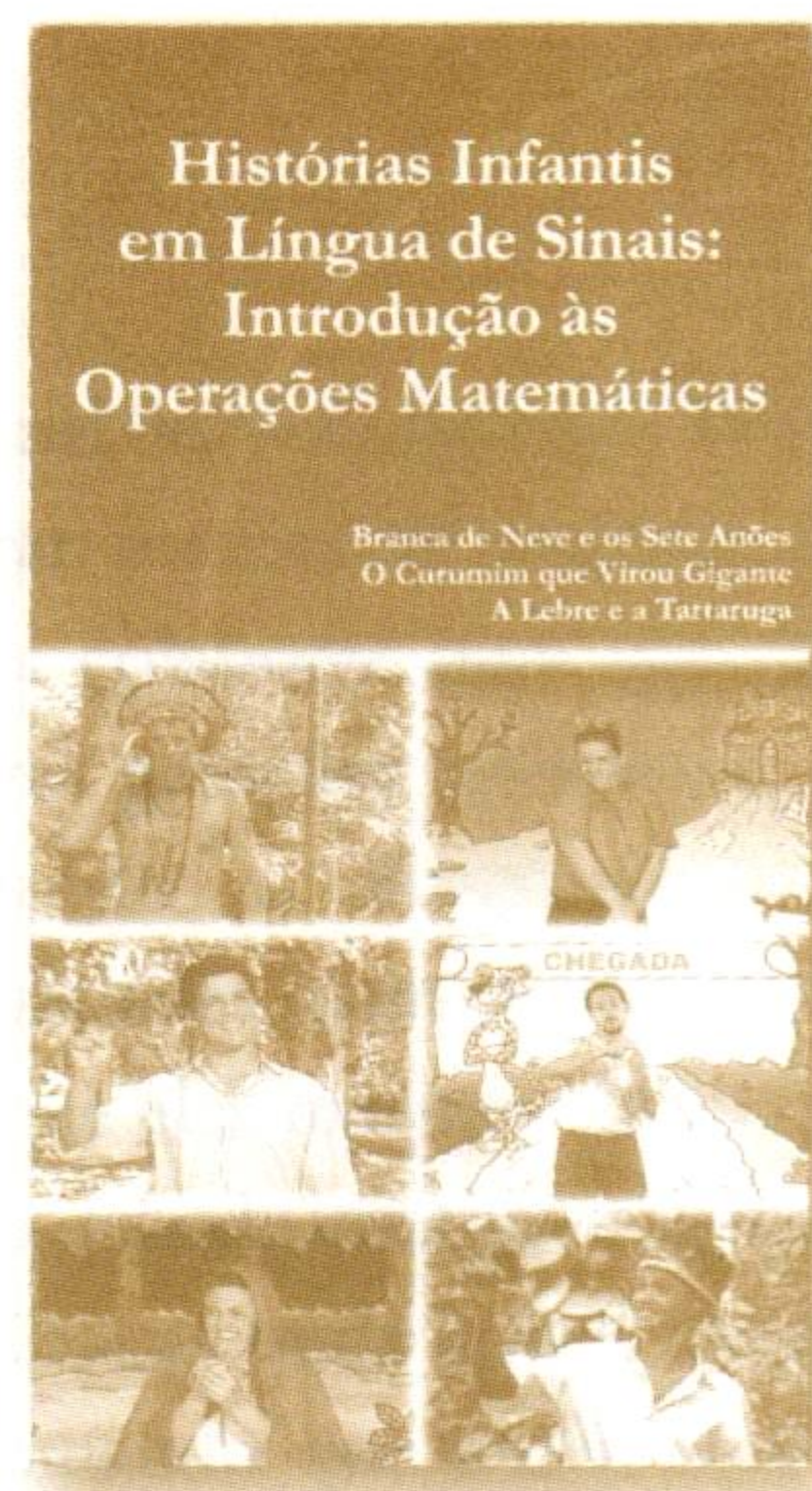
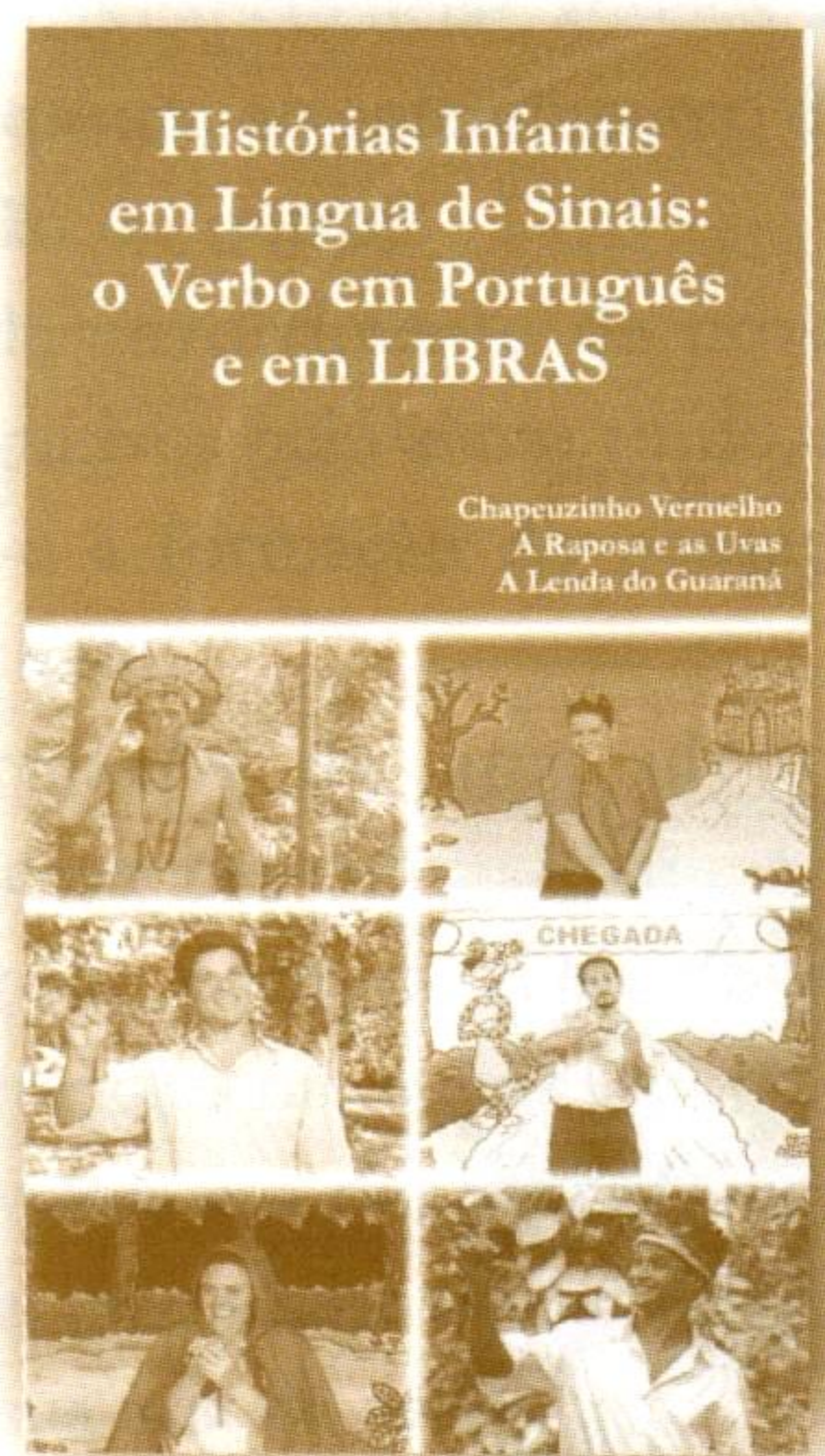


Vídeos com Narrativas em LIBRAS e Hino Nacional



Esta primeira série de vídeos em Língua Brasileira de Sinais vem preencher uma lacuna, em termos de material didático, no trabalho desenvolvido com alunos surdos.

Idealizados e estruturados por uma equipe de professores ouvintes e surdos, esses três vídeos objetivam atender não só às necessidades do professor, como também – e principalmente – às do aluno surdo.

Historicamente, a primeira versão de um vídeo com o Hino Nacional Brasileiro foi realizada em 1996 por uma ex-aluna do INES, Adriana Veiga, juntamente com uma professora ouvinte do Instituto. Em 1997, com a contratação de pessoas surdas denominadas “monitores” (entre elas, Adriana Veiga) para atuarem profissionalmente junto aos professores, passou-se a discutir, entre outras coisas, a utilização do vídeo em Língua de Sinais como importante

material didático. Assim, foi possível desenvolver uma revisão daquela versão inicial por esse grupo e por alunos que participaram de oficinas realizadas para essa finalidade. E aí está o produto desse trabalho, agora mais elaborado, sobre o nosso Hino Nacional.

Outro trabalho muito gratificante foi o planejamento de mais dois vídeos com histórias infantis. Através dos contos, das fábulas e das lendas, as crianças desenvolvem seu imaginário nas primeiras fases de sua infância.

Juntamente com essas histórias infantis, e a partir dos textos e das imagens, foram incluídos conteúdos, com objetivos específicos, a saber:

- enfoque de uma das muitas diferenças entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Apresentação, em Língua de Sinais, das quatro operações fundamentais da Aritmética, no trabalho com as

séries iniciais do ensino fundamental.

Esses conteúdos partem do tema e das imagens das histórias, com um discurso próprio da LIBRAS. E é nesse particular (o discurso em LIBRAS) que consideramos o que existe de novidade em todo o trabalho.

Os três vídeos vêm acompanhados de folhetos explicativos com orientações sobre as atividades para o professor e são distribuídos gratuitamente para as escolas estaduais e municipais de qualquer lugar do País. Os pedidos de remessa deverão ser encaminhados para o INES e deverá constar, nessa solicitação, o número de alunos que serão beneficiados.

Com isso, o INES, órgão do Ministério da Educação e Centro de Referência Nacional na Área da Surdez, deseja estar contribuindo para a proposta de Educação com Bilingüismo em nosso país.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO

A provada em 5 de junho de 2001
pelo Congresso Internacional 'Sociedade Inclusiva',
realizado em Montreal, Quebec, Canadá.
Tradução de Romeu Kazumi Sasaki

“Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 1).

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas.

O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável.

A comunidade internacional, sob a liderança das Nações Unidas, reconheceu a necessidade de garantias adicionais de acesso para certos grupos.

As declarações intergovernamentais levantaram a voz internacional para juntar, em parceria, governos, trabalhadores e sociedade civil a fim de desenvolverem políticas e práticas inclusivas.

O Congresso Internacional 'Sociedade Inclusiva' Convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho, apela aos governos, empregadores e trabalhadores, bem como à sociedade civil, para que se comprometam com, e desenvolvam, o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços.

1. O objetivo maior desta parceria é o de, com a participação de todos, identificar e implementar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis.
2. Isto requer planejamento e estratégias de desenho intersetoriais, interdisciplinares, interativos e que incluam todas as pessoas.
3. O desenho acessível e inclusivo de ambientes, produtos e serviços aumenta a eficiência, reduz a sobreposição, resulta em economia financeira e contribui para o desenvolvimento do capital cultural, econômico e social.
4. Todos os setores da sociedade recebem benefícios da inclusão e são responsáveis pela promoção e pelo progresso do planejamento e desenho inclusivos.
5. O Congresso enfatiza a importância do papel dos governos em assegurar, facilitar e monitorar a transparente implementação de políticas, programas e práticas.
6. O Congresso urge para que os princípios do desenho inclusivo sejam incorporados nos currículos de todos os programas de educação e treinamento.
7. As ações de seguimento deste Congresso deverão apoiar as parcerias contínuas e os compromissos orientados à solução, celebrados entre governos, empregadores, trabalhadores e comunidade em todos os níveis.

Romeu Kazumi Sasaki

Consultor de educação escolar inclusiva junto ao Governo de Goiás e de educação profissional inclusiva junto ao Governo do Paraná. Autor do livro *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos* (1997) e co-autor do livro *Inclusão dá Trabalho* (2000).